

JORNAL DA

PSICOLOGIA

Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais

103

LUTA ANTIMANICOMIAL

Ameaças e retrocessos à vista

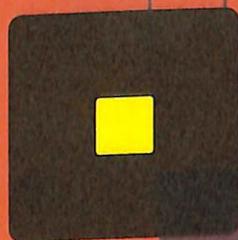
9º COREP

Decisões importantes para o futuro

DESCRIMINALIZAÇÃO

DAS DROGAS

Por que estar a favor?



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS

ANO 30 - NÚMERO 103 - MAIO DE 2016

4ª Região Minas Gerais

EDITORIAL

O Brasil atravessa mais um momento político delicado na sua história e a Psicologia tem o dever de refletir cuidadosamente sobre esses acontecimentos e manter-se vigilante às ameaças que estão colocadas à democracia e aos direitos conquistados.

A passagem pela coordenação nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas no Ministério da Saúde, do psiquiatra e ex-diretor do maior manicômio privado da América Latina, Valencius W. Duarte Filho, por cerca de cinco meses, representou esse retrocesso e a gravidade dos desafios que convocam nossa atuação. Diante de tamanho atraso, o movimento de Luta Antimanicomial se organizou. Várias mobilizações aconteceram pelo país e por 121 dias o gabinete da coordenação de Saúde Mental foi ocupado por militantes comprometidos com as premissas da Reforma Psiquiátrica.

Em função desse cenário, esta edição do *Jornal da Psicologia* prioriza o debate sobre a luta antimanicomial e apresenta um panorama das iniciativas em curso para garantir tratamento humanizado e em liberdade.

Infelizmente, não são apenas os avanços conquistados com a Reforma Psiquiátrica que estão sob risco. Tramitam no Congresso Nacional projetos de lei que podem violar direitos e trazer ainda mais sofrimento para trabalhadoras(es), mulheres, população LGBT, indígenas e negros. É nesse contexto que chegamos à 9ª edição do Congresso Nacional de Psicologia (CNP). Compartilhamos os caminhos percorridos até aqui, apresentando um balanço do Congresso Regional de Psicologia (Corep) e de todas as etapas que o antecederam em Minas Gerais.

Com a serenidade e a firmeza que o momento exige, o CRP-MG reforça seu compromisso em fazer valer o lema: "nenhum passo atrás!".

EXPEDIENTE

SEDE (CRP-MG)

R. Timbiras, 1532, 6º andar
• Lourdes CEP: 30140-061
• Belo Horizonte/MG Tel:
(31) 2138.6767 / Fax: (31)
2138.6763 E-mail: crp04@
crp04.org.br
Site: www.crpmg.org.br

SUBSEDES

Centro-Oeste • Divinópolis
Telefone: (37) 3213-8930
E-mail: centrooeste@crp04.
org.br

Leste • Governador Valadares
Telefone: (33) 3225.0475
E-mail: leste@crp04.org.br

Norte • Montes Claros
Telefone: (38) 3221.7720
E-mail: norte@crp04.org.br

Sudeste • Juiz de Fora
Telefone: (32) 3215.9014
E-mail: sudeste@crp04.org.br

Sul • Pouso Alegre
Telefone: (35) 3423.8382
E-mail: sul@crp04.org.br

Triângulo Mineiro • Uberlândia
Telefone: (34) 3235.6765
E-mail: uberlandia@crp04.
org.br

JORNAL DA PSICOLOGIA

Informativo do Conselho
Regional de Psicologia
Minas Gerais (CRP-MG)

XIV PLENÁRIO (GESTÃO 2013-2016)

DIRETORIA

Conselheiro Presidente
Roberto Chateaubriand
Domingues
Conselheiro Vice Presidente
Ricardo Figueiredo Moretzsohn
Conselheira Tesoureira
Marília de Oliveira
Conselheira Secretária
Elaine Maria do Carmo Zanola
D. de Souza

CONSELHEIROS

André Amorim Martins;
Anna Christina da Cunha M.
Pinheiro;
Aparecida Maria de Souza B.
Cruvinel;
Celso Renato Silva;
Cláudia Aline Carvalho
Espósito;
Cláudia Natividade;
Dalcira Ferrão;
Deborah Akerman;

Décio Fernando G. Pereira;
Eliane de Souza Pimenta;
Elizabeth de Lacerda Barbosa;
Eriane Sueley de Souza
Pimenta;
Érica Andrade Rocha;
Felipe Viegas Tameirão;
Helena Abreu Paiva;
Leila Aparecida Silveira;
Madalena Luiz Tolentino;
Maria da Conceição N. Caldas;
Mária Tereza de Almeida G.
Nogueira;
Marisa Estela Sanabria
Bourman;
Odila Maria Fernandes Braga;
Stela Maris Bretas Souza;
Túlio Louchard Picinini
Teixeira

Comissão Editorial:

Aparecida Maria de Souza B.
Cruvinel, Cláudia Natividade,
Eliane de Souza Pimenta e
Ricardo Figueiredo Moretzsohn

Gerente de Comunicação:

Nathalia Monteiro (CRPRP
3ª Região – 2154) rp@crp04.
org.br

Projeto Gráfico: SRS -
CRIAÇÃO E PRODUÇÃO

Diagramação: Carolina
Magalhães

Jornalista Responsável:
Cristina Ribeiro (MTB 5222)

Reportagem: Juliana
Baeta, Paula Machado e Raul
Gondim (Quebra Coletivo de
Comunicação), Cristina Ribeiro
e Eliziane Lara (CRPMG),
Mylene Lacerda (Estagiária)

Ilustrações: Rômulo Garcia

Fotografias: Ascom/CRP-
MG (p.9, 11 e 18); Nello Aun e
Karen Aun (p. 13 a 15)

Revisão: Carolina Magalhães

Gráfica: Gráfica e Editora O
Lutador

Tiragem: 32 mil exemplares

Leia o *Jornal da Psicologia*
também em versão digital no
site www.crpmg.org.br



DESAFIOS PARA A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Ensino não reflete a importância do tema. Iniciativas buscam resgatar o compromisso ético e social da área.

Mesmo inserida em um contexto decisório na vida das pessoas – admissão no emprego, habilitação para conduzir veículos, aquisição de direito especial no âmbito forense, entre outros – a avaliação psicológica vem perdendo espaço na formação das(os) psicólogas(os). Pesquisa publicada em 2015 pela revista do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), com a participação de 93 docentes de 83 instituições públicas e privadas, concluiu que o ensino dessa disciplina no Brasil possui problemas como “dificuldades estruturais, ensino de técnicas não reconhecidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e falta de tempo dado às(aos) professoras(es) para um acompanhamento mais próximo e adequado das atividades desenvolvidas pelos alunos”.

A psicóloga Gislene Câmara, professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), que atua na área de avaliação psicológica há mais de 30 anos, acredita que o tema não tem sua importância reconhecida na Psicologia. “Possuímos 11 especialidades e ela ainda não é descrita como

uma”, pontua. “Ainda assim, exige formação específica, pois é a todo tempo reivindicada a se posicionar, a emitir pareceres e a ser estudada como área do conhecimento.”

FORMAÇÃO

O Brasil possui aproximadamente 950 cursos de graduação em Psicologia, segundo o Ministério da Educação. A Resolução N° 5 do Conselho Nacional de Educação, que instituiu as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia, estabeleceu como um dos eixos estruturantes de ensino o domínio dos instrumentos de avaliação psicológica.

Durante a formação, também é necessário que o profissional de psicologia conheça a legislação sobre o tema, na qual se incluem o Código de Ética Profissional e os manuais dos testes reconhecidos. O mau exercício da avaliação psicológica, como a aplicação incorreta de um teste ou a escolha de

uma ferramenta avaliativa inadequada, implica na responsabilização ética da(o) profissional junto ao Conselho de Psicologia. Ainda assim, a pesquisa divulgada no ano passado pelo IBAP revela que, entre as(os) professoras(es) entrevistadas(os), apenas 30% possuíam especialização, mestrado ou doutorado na área de avaliação psicológica, apesar de ministrarem disciplina sobre o tema.

Sobre as condições de ensino ofertadas pelas faculdades, as(os) docentes entrevistadas(os) salientaram o fato de não disporem de horas extras para as supervisões fora da sala de aula (72%), de material suficiente ou atualizado (44,7%) ou salas adequadas (44,7%).

REVIGORAR O CAMPO

Além de eventos e discussões promovidos pelo IBAP, iniciativas têm sido construídas no sentido de resgatar o compromisso ético e social da avaliação psicológica, apontando falhas e soluções no âmbito da formação e do exercício profissional.

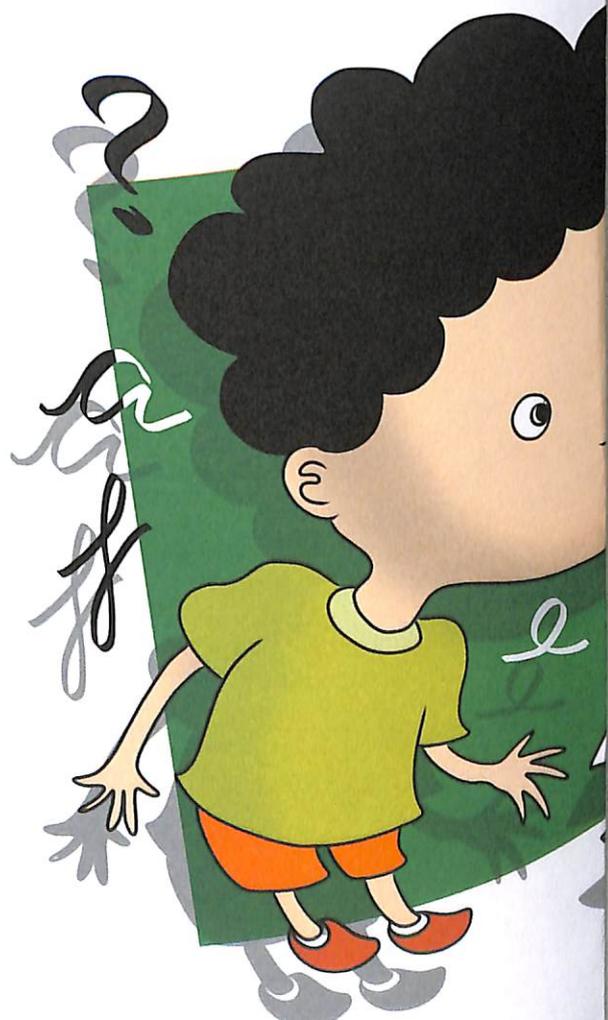
Organizado por um grupo de professoras(es) preocupadas(os) com a atualização profissional periódica, o Encontro Mineiro de Avaliação Psicológica é realizado a cada dois anos desde 1993. Neste ano está programado o XII EMAP, entre os dias 16 e 19 de novembro, juntamente com o V Congresso Latino-Americano de Avaliação Psicológica.

Desse espaço de reflexão e aperfeiçoamento sobre o tema, surgiu a proposta de criação da Sociedade Mineira de Avaliação Psicológica, que já possui presidente e conselheiros. Gislene Câmara faz parte desse grupo. "Nós, enquanto organizadores do EMAP, vimos a necessidade de nos mantermos em uma organização que desse suporte à sociedade, tornando-se uma referência não só na formação, mas também em qualquer outro tipo de questão que surja sobre a avaliação psicológica", explica.

O CFP também tem contribuído com instrumentos e ferramentas para a discussão, como a edição, em 2013, de uma cartilha com diretrizes para o correto exercício da avaliação psicológica. Ela destaca alguns pontos que precisam ser observados para a escolha das técnicas a serem utilizadas, como o contexto no qual o processo avaliativo se insere e seus propósitos, os resultados a serem investigados e a adequação dos instrumentos aos indivíduos avaliados, levando-se em conta suas condições técnicas, metodológicas e operacionais.

Em março deste ano, representantes do Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG) participaram da discussão "Avaliação psicológica: orientação, ética e exercício profissional", em Brasília. O encontro teve como objetivo elencar os principais desafios, dificuldades e demandas no que diz respeito à ética da avaliação psicológica.

"A pesquisa mostrou também que a elaboração de documentos psicológicos tem sido o conteúdo mais estudado durante as aulas (78,7%). Enquanto correção e interpretação de resultados de testes é a atividade mais praticada (87,2%)."



AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E CORTE ETÁRIO

Desde 2010, o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabelece, por meio da Resolução 006, que para ingressar no primeiro ano do Ensino Fundamental, a criança deverá ter seis anos completos até o dia 31 de março do ano em que realizar sua matrícula. Porém, um recente aumento no número de ações judiciais de famílias requerendo matrícula antecipada trouxe mais uma vez o debate do corte etário. Decisões proferidas por juízes de Tribunais Regionais Federais da 4ª e da 5ª Região defenderam a avaliação psicológica como condição para o ingresso dessas crianças.

A psicóloga Deborah Barbosa é doutora em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano e diretora da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRapee). Para ela, a antecipação do ingresso de crianças no Ensino Fundamental não deve ser fomentada. “No processo de escolarização não é interessante que a criança venha a aprender determinados conteúdos cedo. Não existe um momento ideal, mas de um modo geral, a antecipação não está preocupada com o processo de desenvolvimento da criança, mas em atender a um desejo dos pais”, afirma a psicóloga.

A determinação dos seis anos para ingresso no Ensino Fundamental encontra respaldo na Pedagogia, como explica a pedagoga e mestre em Saúde da Criança e do Adolescente, Juliana Garrido. “O trabalho pedagógico durante os anos da Educação Infantil, inclusive o último, é pensado para atender a uma faixa etária e em nada se confunde com o trabalho do Ensino Fundamental, mesmo em seu primeiro ano. Não há repetição de conteúdos, como se pretende alegar em muitos desses casos, ou prejuízo emocional para a criança que usufrua de cada ano letivo para seu amadurecimento e para o aprofundamento de suas relações”, pontua. O Sistema Conselhos, em parecer emitido a pedido do CNE em dezembro de 2015, se posicionou favorável ao corte etário e contrário à utilização da avaliação psicológica como ferramenta para ingresso antecipado. Uma das discussões trazidas pelo documento diz respeito, principalmente, ao papel da Psicologia no ambiente escolar.

Juliana Garrido acredita que “a Psicologia pode contribuir no manejo das relações interpessoais na escola, bem como das relações entre os sujeitos de uma comunidade escolar, alunos, professores, gestores, funcionários e famílias, pois, para isso, possui ferramentas específicas”.

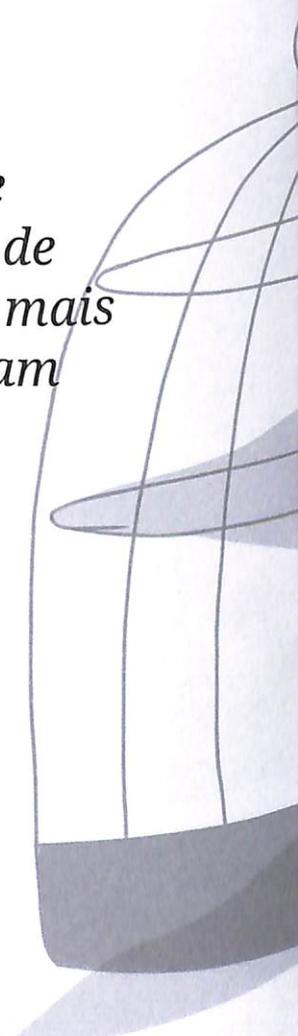


LUTA ANTIMANICOMIAL MAIS URGENTE DO QUE NUNCA

Precursora da reforma psiquiátrica e responsável pelo fechamento gradativo de manicômios no país, a luta se torna ainda mais presente com os retrocessos que ameaçam conquistas e direitos adquiridos.

O entendimento de que os doentes mentais não devem ser aprisionados e marginalizados, mas tratados com o tipo de cuidado que só emana da empatia e do respeito às singularidades é uma das premissas da Luta Antimanicomial, celebrada no dia 18 de maio. Movimento atemporal e permanente, que demanda constante vigília.

Como explica a coordenadora da Comissão de Saúde do Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG), Odila Braga, a Lei 10.216/2001, que trata da Reforma Psiquiátrica, “traz em seu espírito e em sua letra uma mudança de paradigma na relação da sociedade com seus loucos e com a loucura quando prevê a progressiva extinção dos



manicômios e a substituição gradual por serviços abertos até a definitiva desinstitucionalização dos pacientes internados e seu tratamento, bem como novos casos, em serviços de natureza pública, sob a responsabilidade do Estado e pela atuação de equipes multiprofissionais”.

No Brasil, os manicômios foram reduzidos em 40% desde a Reforma Psiquiátrica. Em Belo Horizonte, o último, a Clínica Serra Verde, só foi fechado por completo no último dia 1º de março. De uma área externa gramada, verde e bonita, era impossível visualizar

o que acontecia em sua parte interna, onde, de fato, os doentes mentais ficavam confinados. A psicóloga Flávia Torres, que atua no Centro de Referência em Saúde Mental (Cersam) Leste, participou ativamente para seu encerramento e também da clínica Nossa Senhora de Lourdes, que concluiu suas atividades em 2008.

Mas, uma vez fechados os manicômios, foi preciso criar espaços de transição entre o confinamento e a liberdade, e trabalhar para que esses pacientes resgatem a sua história e autonomia.



“Precisávamos entender como a atividade se reproduz em cada um e como fazer isso sem reproduzir o hospício. Porque o capitalismo também é hospício. Ele normatiza, exige padrões o tempo inteiro, o diferente não cabe ali, ele explora o outro, ele expropria o outro. Por isso precisamos rever o sentido de trabalho e por isso era a pergunta determinante para identificar quem estava pronto para atuar”, Marta Soares.

EQUIPAMENTOS CRIADOS A PARTIR DA LEI 10.216/2001

- Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): equipamentos municipais comunitários que oferecem atendimento diário e acompanhamento das pessoas com transtornos mentais. O objetivo é fortalecer os laços familiares, sociais e comunitários dos usuários.
- Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT): moradias destinadas às pessoas com transtornos mentais que passaram muito tempo internadas em manicômios e que não contam com parentes ou amigos. A ideia é trabalhar para que os usuários da saúde mental possam retornar ao convívio social e comunitário.
- Centros de Convivência Cultural, intimamente ligados aos CAPS e voltados para estimular o convívio e as atividades culturais e lúdicas.
- Programa "Volta pra Casa": dirigido a pessoas com transtornos mentais que passaram dois ou mais anos internadas em hospitais psiquiátricos. Acompanha a reinserção social tanto no convívio com a comunidade como no ambiente familiar. Regulamentou o auxílio reabilitação psicossocial.
- Consultório na Rua: composto por equipes móveis de saúde que prestam atenção integral à saúde da população em situação de rua, considerando suas diferentes necessidades de saúde.

USUÁRIO EM PRIMEIRO PLANO

O Suricato é um Centro de Convivência Cultural, em Belo Horizonte, onde os usuários do serviço de Saúde Mental expõem as suas criações, como uma forma de empoderar e conferir autonomia financeira a essas pessoas. "A escolha do nome tem a ver com a percepção de que ficar sozinho no mercado é ficar vulnerável. O suricato é um mangusto africano que, para sobreviver, precisou se organizar e viver em solidariedade nas savanas africanas. Por isso é que absorvemos essa referência e entendemos que também somos suricatos", explica a terapeuta ocupacional e referência para a equipe de incubadoras do local, Marta Soares.

O coletivo se organiza na forma de uma associação de trabalho e de produção solidária com quatro núcleos escolhidos pelos próprios usuários, quando iniciou em 2004: mosaico, costura, culinária e marcenaria. O modelo de economia sustentável permite que toda venda seja dividida igualmente, sendo 10% utilizado para pagar despesas e custos.

O trabalho empodera usuários como Iraci Fernandes, 42. Portador de doença mental, ele notou que as crises cessaram depois de sua entrada na associação há oito anos. Hoje, além de ser estudante de História na UFMG, é marceneiro e coordenador na Suricato. "O trabalho para mim representa a conquista de um direito. É importante receber esse dinheiro com o meu trabalho e poder fazer as coisas que eu quero, como ir ao cinema", conta. Keli Cristina Novais, 38, também trabalha no Suricato, no núcleo de mosaico. Ela marca as

PASSOS PARA A LIBERDADE



A partir do fechamento dos manicômios, foram criados espaços de transição para que os pacientes percorram e resgatem sua história e autonomia.

1 é encaminhado para a residência terapêutica (financiado pelo Ministério da Saúde para moradores egressos de hospitais psiquiátricos que perderam o vínculo familiar) ou para a casa de familiares, se eles forem encontrados e puderem acolher o usuário. Caso não tenha documentos, a equipe de saúde que acompanha o usuário irá providenciá-los.



3 localiza-se também o profissional que é referência de saúde mental na respectiva regional. É ele que vai fazer a ponte entre a Secretaria Municipal de Saúde, o CS e o Cersam.



2 é cadastrado no Centro de Saúde (CS) que é referência da casa terapêutica ou que está na mesma região da casa dos familiares, onde passa a ter livre acesso. Lá a equipe de saúde que trata do usuário e da família (caso haja) apresenta um relatório e também no Cersam da respectiva regional.



4 a rede de profissionais da saúde (psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais assistentes sociais, enfermeiros e técnicos) passa a acompanhar o paciente e monitorar as suas consultas clínicas, exames, a saúde física e mental.



No desfile do “18 de Maio” deste ano, em Belo Horizonte, Marcus Matraga foi homenageado no samba enredo e na ala “Valentes ocupam: Marcus Vinícius, presente!”.

diferenças em relação ao trabalho convencional. “Aqui é diferente. As pessoas entendem a gente, têm carinho, respeito. O que eu sinto aqui é tranquilidade. Sempre que sou vítima de preconceito na rua, tenho vontade de correr atrás dos meus direitos e abrir um processo, porque agora eu tenho esse direito”, relata.

AINDA HÁ LUTA

“Muitos movimentos de políticos e de profissionais de todas as áreas, em especial da saúde, vêm lutando pela ampliação da dotação orçamentária obrigatória que o Estado brasileiro deve aplicar em Saúde, como por exemplo, a grande campanha ‘Saúde Mais 10’, que mobilizou todo o país no sentido de um aumento no percentual de aplicação obrigatória neste campo”, exemplifica Odila Braga. Segundo ela, historicamente, a Saúde Mental no Brasil garantiu importantes avanços. No entanto, nem todos os projetos favorecem a continuidade desses progressos.

É também um mecanismo de luta a Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica na Câmara Federal, lançada em abril. Na ocasião, a coordenadora da frente, deputada Erika Kokay, lembrou que ainda há 25 mil pacientes em regime manicomial no país e existem muitas comunidades terapêuticas que funcionam como manicômios disfarçados.

Essa lógica manicomial permanece ameaçando as conquistas da Reforma simbolizada pela passagem do psiquiatra Valencius Wurch na coordenação de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde. Ele que, entre 1993 e 1998, dirigiu o maior manicômio privado da América Latina, permaneceu por cerca de cinco meses no cargo até maio último, mas não conseguiu utilizar sua sala de trabalho, em Brasília, pois foi ocupada durante 121 dias por psicólogas(os) e trabalhadoras(es) da Saúde Mental. Mobilizada, a categoria se mantém atenta ao significado dessa nomeação. “Sabemos que não se trata apenas da Saúde Mental, mas de todo um projeto de país pelo qual inúmeros cam-

pos do pensamento e da ciência tiveram seu quinhão de colaboração, trazendo vitórias importantes para os brasileiros”, relata Odila Braga.

“Nossa posição e nossa luta de décadas não arrefecerá por nenhum ato já ocorrido ou por ocorrer, porque sabemos que a história nos confirma em nossas razões e, sobretudo, em nossos direitos adquiridos, dos quais não abriremos mão”, conclui Braga.

#MARCUSVINICIUSPRESENTE

A Luta Antimanicomial perdeu este ano um de seus mais aguerridos militantes. O psicólogo Marcus Vinícius de Oliveira Silva, o Matraga, que integrou os Conselhos Regionais de Psicologia de Minas Gerais e da Bahia, foi assassinado na cidade de Jaguaripe, a 240 quilômetros de Salvador, em fevereiro último. Pioneiro na criação dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), Matraga também foi membro efetivo da Comissão Nacional de Acompanhamento do Processo de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Hospitalar e será sempre lembrado por sua forte defesa aos Direitos Humanos.

Foi ele um dos idealizadores de movimentos como a Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial e também o responsável pela criação do Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Neste “18 de Maio”, o psicólogo recebeu homenagens em Belo Horizonte ao ser lembrado no samba enredo “Ninguém há de retroceder a nossa liberdade” e na ala “Valentes ocupam: Marcus Vinícius, presente!”.

Os tradicionais desfiles do “18 de Maio” relembram a data do II Congresso Nacional de Trabalhadores da Saúde Mental, ocorrido em 1987 em Bauru (SP), quando foi lançado pelos trabalhadores da saúde mental o primeiro manifesto público pedindo a extinção dos hospitais psiquiátricos. Por isso, todos os anos profissionais, usuários, familiares, amigos e apoiadores da causa em todo o país saem às ruas para ressaltar o posicionamento por uma sociedade livre de manicômios.

CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA

Gregorio Baremblitt é mundialmente reconhecido por sua atuação como analista institucional, esquizoanalista e esquizodramatista na América do Sul. Ressalta-se na sua trajetória a militância pela Reforma Psiquiátrica na Argentina e no Brasil, inclusive durante os períodos ditatoriais. Em entrevista exclusiva ao *Jornal da Psicologia*, ele fala sobre a atual conjuntura brasileira, seus reflexos nas políticas públicas de Saúde Mental e as possíveis consequências para a luta antimanicomial nacional.

Jornal da Psicologia – Como o senhor avalia a nomeação de Valencius Wurch para a Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas?

Gregorio Baremblitt – Eu conheço há muitos anos o Roberto Tykanori, o coordenador anterior. É uma pessoa muito especial, um profissional de altíssima capacidade e de muito boa ética. Então, é muito difícil entender essa nomeação. Tem que entender os interiores da política do Ministério da Saúde, porque, à primeira vista, é inexplicável. Nós sabemos que esses cargos são políticos, agora, em plena Reforma Psiquiátrica, tirar um profissional que foi um dos fundadores dessa política e colocar um colega que até quatro anos atrás era o diretor do maior hospício da América Latina... Repito: à primeira vista, não tem explicação.

JP – O senhor consegue imaginar possíveis consequências da nomeação de Valencius para a luta antimanicomial brasileira?

GB – Apesar das declarações dele, nas quais diz ter mudado de atitudes e posições, ele tem uma trajetória de um psiquiatra clássico com todas as consequências que este título implica. Em princípio, ninguém é imodificável. Pode ser que se adeque ao que a Reforma precisa. Mas não é um problema dele, é um problema do porquê foi nomeado. Se não fosse ele nomeado, se fosse um colega com uma trajetória

progressista, de qualquer maneira isso ficaria suspeito. Então, para não julgar a pessoa, penso que não vai ter boas consequências pelo fato de ter sido designado em substituição a alguém irrepreensível.

JP – Como o senhor vê a ocupação de resistência “Fora Valencius” instalada no Ministério da Saúde?

GB – Eu acho muito importante, valente e séria. A Rede Brasileira de Saúde Mental, com todas as limitações que possa ter, é uma das melhores do mundo. Então, é claro que os agentes que formam essa Rede veem as consequências de suas concepções, de seu trabalho, que são indiscutíveis. O problema é que a situação do país está muito difícil. O que vai dar certo em matéria de defesa da Reforma Psiquiátrica Brasileira? Se estivéssemos em plena democracia, em pleno equilíbrio, seria diferente. A legalidade estaria completamente a favor desses movimentos em defesa da Reforma. Com um movimento assim ou menos que isso, em épocas menos conturbadas, já teria dado certo. Se não deu inteiramente certo, é porque a legalidade está alterada no país.

JP – O senhor pode fazer um paralelo entre as situações do Brasil e da Argentina, no que diz respeito à área de Saúde Mental?

GB – Na macropolítica, um destino cruel para o Brasil seria que esta situação crítica tenha um desfecho

como o argentino. O governo argentino anterior, populista, peronista, era um desastre, completamente corrupto e fascista. E a alternativa é um presidente neoliberal, que vai fazer o que os neoliberais fazem: aumentar o Produto Interno Bruto e distribuí-lo cada vez pior. É um destino triste oscilarmos entre populismo e neoliberalismo. A Rede argentina também luta contra uma situação ético-política e econômica lamentável. E aqui, no Brasil, creio que o governo atual cometeu alguns erros na política econômica. Creio também que faltou um pouco de diálogo, sem o qual não se governa nada e este país em especial. Mas também que lhe exigem milagres. Os programas sociais neste país, ninguém os discute. Dizem que Lula tirou da miséria 34 milhões de brasileiros. É bem provável. Agora, a dívida externa brasileira é imensa. Não ficam muitos recursos para manter as conquistas sociais. Algumas iniciativas não foram bem-sucedidas por má sorte, deste pré-sal se esperava tudo e o preço do petróleo caiu pela metade.

Na Argentina, em determinado momento, o povo adotou um lema que era “que se vayan todos”, que se vão todos. Não queriam mais representação política. Aqui está perto disso. Mas tira Dilma, tira Tykanori e coloca quem? Aí está o assunto. É um momento delicado, sim, de uma crise da chamada democracia representativa. Então, está difícil para a Reforma Psiquiátrica também. Se a Saúde Pública anda mal, por que a Reforma Psiquiátrica vai ser perfeita? Não é perfeita, mas é muito interessante, só comparável à italiana.

JP – O senhor crê que a Reforma Italiana seria um modelo mundial?

GB – Creio que sim, embora nessas coisas os modelos não funcionem. Cada país é cada país. A Itália já teve seu processo de limpeza da corrupção e, neste momento, a Europa é um bloco democrático. Com conflitos, mas democrático. E eles têm uma capacidade de levar a Reforma a um extremo que acho que nós não temos, porque eles pegam cada caso e mobilizam todas as suas forças para resolvê-lo. Como é que nós vamos fazer isso aqui? Com a feroz distribuição desigual da renda, a pobreza, a miséria? O lema da Reforma Psiquiátrica italiana é devolver o paciente à comunidade, e claro que todos nós estamos de acordo com isso. Mas como você vai devolver o paciente a uma comunidade que não tem condições para recebê-lo? Uma comunidade e um Estado que o expulsaram. Não é que não tem condições para tolerá-lo, ressocializá-lo, a miúdo não tem condições para alimentá-lo. Na minha opinião, a Reforma Psiquiátrica brasileira (embora tenha algumas orientações teórico-técnicas marcadamente

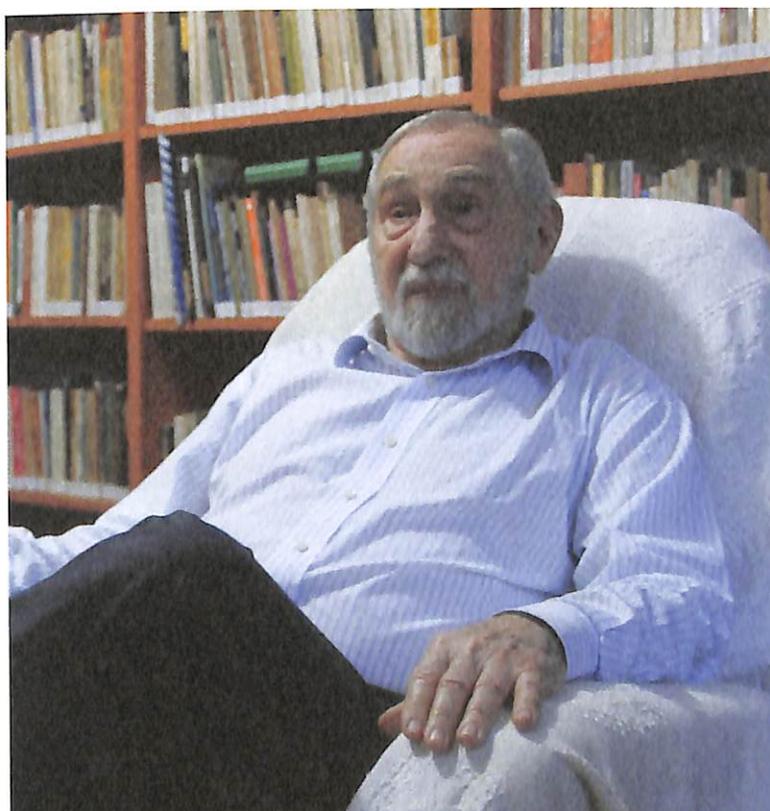
“Na Argentina, em determinado momento, o povo adotou um lema que era ‘que se vayan todos’, que se vão todos. Não queriam mais representação política. Aqui está perto disso. Mas tira Dilma, tira Tykanori e coloca quem? Aí está o assunto.”

inadequadas), frequentemente se vê obrigada a fazer milagres para atender as demandas e as necessidades dos usuários.

JP – É difícil vislumbrar uma saída?

GB – É difícil. Todos os exemplos de sucesso que a gente tem são de países pequenos. O gigantismo do Brasil é uma faca de dois gumes. Por um lado, dizem, é abençoado por Deus. Por outro, é muito difícil governar um país desse tamanho. É grande demais e desigual demais: economicamente, educacionalmente, politicamente, etc.

Nestas questões não tem primeiro ou segundo, mas dizemos que o primeiro a ser feito é acabar com a desigualdade. Não se trata de só alimentar. Não é isso, mas sem isso não tem conversa. Se uma parte significativa da população não tem o que comer, onde abrigar-se, atenção médica, educação, segurança, moradia, trabalho digno e tempo livre, nada adianta.



9º COREP MOBILIZA A CATEGORIA EM MINAS GERAIS

Aproximação do Sistema Conselhos com os profissionais e o compromisso com a defesa dos direitos humanos marcaram os debates.

Como a Psicologia, em seu cotidiano, pode contribuir com a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária? Pautados por essa desafiadora proposta, profissionais de todo o estado de Minas Gerais se engajaram nas atividades do 9º Congresso Regional da Psicologia (Corep), que tiveram início em novembro de 2015 e culminaram na realização do Congresso propriamente dito nos dias 29 e 30 de abril e 1 de maio de 2016.

Para que se possa dimensionar a intensidade das etapas que antecederam o Corep, num período de cinco meses, o Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG) promoveu 88 atividades, entre eventos preparatórios e pré-congressos, em 31 municípios mineiros. "Essas etapas funcionam

como um aquecimento para que os profissionais que serão eleitos delegados possam discutir com mais propriedade durante o Corep. Além disso, permitem a capilarização dos debates pelo estado de Minas Gerais. Com todo esse processo, aqueles que irão para o Congresso Nacional da Psicologia (CNP) poderão defender com bastante propriedade as propostas oriundas do estado", explica a conselheira e presidente da Comissão Organizadora do 9º Corep, Elizabeth de Lacerda Barbosa.

Os eventos preparatórios e pré-congressos mobilizaram aproximadamente 3 mil pessoas em Minas Gerais e parte dos resultados desses encontros se traduziu em propostas. Ao todo, foram encaminhadas ao Corep 161 de âmbito nacional

e 299 de caráter regional. Elas contemplaram uma grande variedade de temas, que segundo o presidente do CRP-MG, Roberto Domingues, revelaram a diversidade e a pluralidade da Psicologia no Estado e no país.

Outro aspecto importante é o próprio debate em torno das proposições. “No mínimo há um cruzamento de ideias que faz com que uma determinada questão seja aprimorada pelo olhar crítico e o profissional que nunca tinha pensado naquilo é provocado a fazê-lo. Se não é um tema novo, a perspectiva pode inovar”, observa Roberto Domingues.

A conselheira Elizabeth Barbosa explica que o objetivo do Sistema Conselhos ao realizar os Congressos Regionais e Nacional da Psicologia é promover a participação direta das(os) psicólogas(os) na deliberação das ações a serem desenvolvidas pelos Conselhos. Dessa maneira, esses órgãos podem

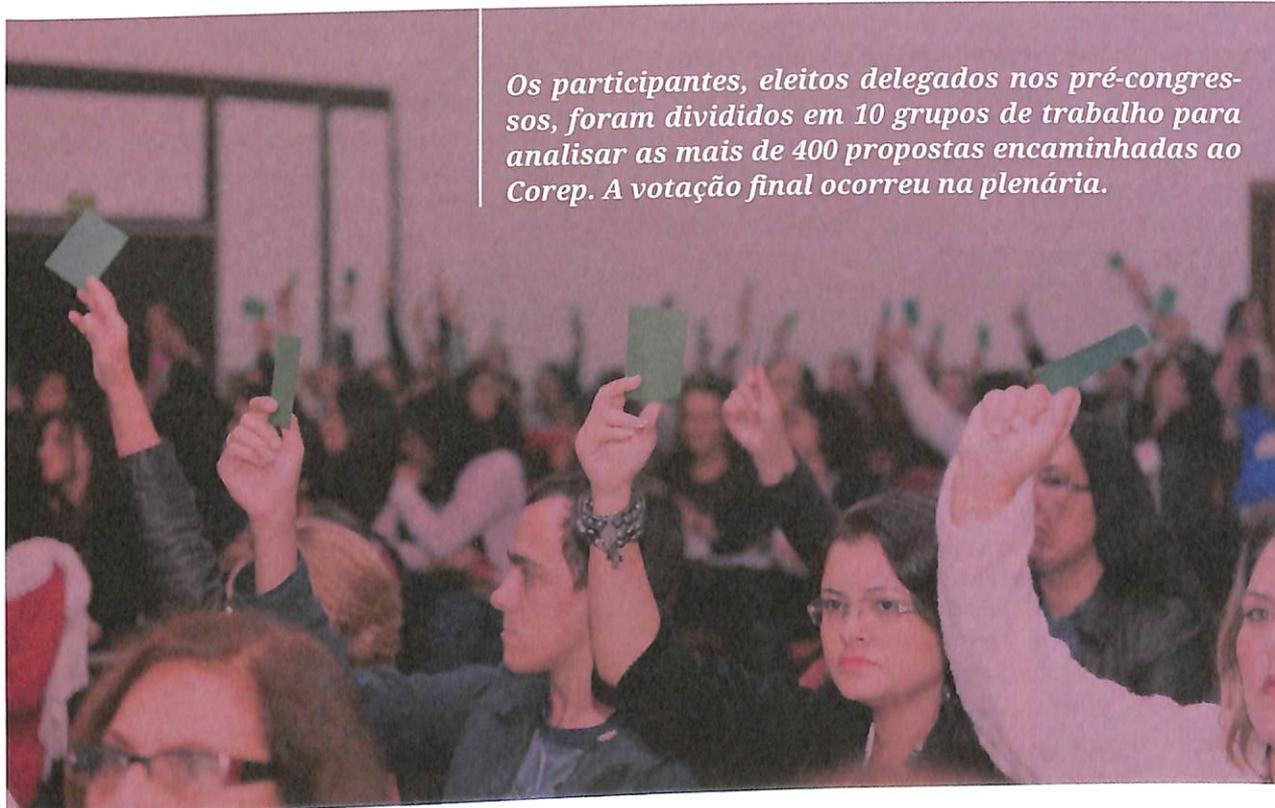
“Temos que garantir que a categoria construa cotidianamente essa Psicologia e não só de 3 em 3 anos”, defende Roberto Domingues.

atuar para garantir uma prática psicológica mais democrática, próxima da categoria e da sociedade brasileira, assegurando a participação nas decisões do Conselho e nas discussões sobre os rumos da Psicologia enquanto ciência e profissão.

PARTICIPAÇÃO E PROXIMIDADE COM O SISTEMA CONSELHOS

Os participantes, eleitos delegados nos pré-congressos, foram divididos em 10 grupos de trabalho para analisar as mais de 400 propostas encaminhadas ao Corep. Após a análise nos grupos, a votação final ocorreu na plenária.

“Várias propostas mostram a necessidade de se levar a cabo um projeto de aproximação e inclusão mais radical da categoria no Sistema Conselhos. Vemos um desejo muito grande da categoria de conhecer e saber melhor como funciona o Sistema Conselhos e isso denota, por consequência, um certo desconhecimento do que é Psicologia, não como ciência, mas como profissão, embora essa separação seja meramente didática”, analisa Roberto Domingues. “Uma outra questão que percebemos é que existe





uma grande confusão sobre o que vem a ser o papel do Conselho. Existem demandas sindicais que não deveriam ser endereçadas a essa autarquia, como suposta detentora de soluções que transcendem a sua competência legal. Porém há uma expectativa da categoria de que o Conselho apresente respostas a estas questões, sendo que cabe ao CRP potencializar a luta nestes campos, garantindo, sempre, o protagonismo das demais entidades da profissão, como o PSIND, a ABEP e outras tantas associações profissionais”, completa o presidente do CRP-MG.

Nesse cenário, ficou evidente a necessidade de que as(os) psicólogas(os) que desempenham o papel de gestores nos Conselhos de Psicologia reavaliem as estratégias e ações em curso para que os profissionais possam se apropriar desses espaços. “Criar mecanismos de democratização desse Sistema é uma perspectiva muitíssimo cara para nós, até porque não dá para falar de ética e democracia se não começarmos dentro de casa e se não fizermos essas micro revoluções. Eu vejo que a participação vem acontecendo, há um crescente número de psicólogos e psicólogas que estão participando de GTs, comissões, mas acreditamos que temos que radicalizar ainda mais. Precisamos garantir que a categoria construa cotidianamente essa Psicologia e não só de 3 em 3 anos, durante as atividades do Congresso Regional”, defende Roberto Domingues.

Se de um lado o Sistema Conselhos precisa refletir e revisar algumas ações, por outro, há também a expectativa de que a categoria se envolva mais com

os debates que lhe são propostos. “Numa avaliação geral de todo o processo, podemos afirmar o quanto responsáveis foram as(os) delegadas(os) que representaram a categoria nas tarefas que lhes foram confiadas por ocasião do 9º Corep. No entanto, não podemos deixar de registrar que um número maior de participantes era desejável, se considerarmos o quantitativo de profissionais inscritos, ativos e adimplentes com nosso conselho de classe”, avalia Elizabeth Lacerda Barbosa.

Para Domingues, em termos quantitativos, a participação nas etapas preparatórias e no Corep foi inferior ao esperado, refletindo o distanciamento ainda presente.

PSICOLOGIA E CONTEXTO POLÍTICO

O atual contexto político brasileiro incidiu fortemente sobre os debates do 9º Corep. “A Psicologia mais uma vez é chamada a dizer sobre questões que aparentemente poderiam não ser identificadas como sendo do seu campo. Exatamente por entendermos que esse tipo de crise produz subjetividades, impacta na vida cotidiana desses sujeitos, precisamos auxiliar na construção de respostas”, afirma Roberto Domingues.

Para a presidente da Comissão Organizadora, as propostas refletiram a preocupação da categoria com o momento que o país atravessa. “Podemos observar uma preocupação do sistema inteiro em evitar o retrocesso nas garantias de direito. No Brasil, nós te-



Plenária elegeu 17 delegados e 17 suplentes para participar do CNP.

mos conquistas que estão efetivadas e o que vemos nas propostas é o compromisso de reafirmar essas conquistas e ampliá-las”, avalia Elizabeth.

“Estamos vivendo uma situação bem frágil do nosso país em termos políticos e a Psicologia sempre se manteve numa perspectiva de uma atuação no ambiente fechado da clínica, mas precisamos ampliar nosso olhar e contribuir com a construção de políticas que contemplem essas demandas da sociedade. Estamos vivenciando o desemprego, por exemplo, e precisamos pensar em estratégias para lidar com o público que emerge desse contexto específico” avalia a psicóloga e delegada do 9º Corep, Camila Lisboa.

Não é por acaso, portanto, que nesse momento de grande agitação política e riscos de retrocessos em direitos sociais conquistados historicamente, as discussões do CNP vêm pautadas pelo compromi-

so da Psicologia em contribuir com uma sociedade mais democrática e igualitária. “Sobretudo nesse momento em que conquistas democráticas, direitos sociais e liberdades estão sob ameaça, a Psicologia não pode dizer ‘sou ciência e, portanto, sou neutra’, mesmo porque não existe neutralidade científica. No momento em que tivermos a representação de uma Psicologia meramente científica, descolada do calor do cotidiano, das convulsões sociais, estaremos condenando a Psicologia a uma natureza morta, mas estamos falando de uma profissão viva, pulsante que tem muito a dizer para todo mundo”, afirma Roberto Domingues.

Para o presidente do CRP-MG, a mensagem que Minas Gerais levará ao CNP é o compromisso de radicalizar os processos participativos da categoria na construção da Psicologia e do Sistema Conselhos. O psicólogo Yghor Gomes participou do 9º Corep e é um dos 17 delegados eleitos para representar Minas Gerais na etapa nacional. “Pelo tamanho do Brasil, no CNP devem aparecer muitas peculiaridades das regiões, mas creio que os delegados se concentrarão na defesa das minorias e dos direitos humanos, sem retrocessos”, espera Yghor.

CIDADES QUE SEDIARAM ATIVIDADES DO 9º COREP

Alfenas · Araguari · Araxá · Barbacena · Belo Horizonte · Bom Despacho · Caratinga · Cláudio · Coronel Fabriciano · Divinópolis · Frutal · Governador Valadares · Ipatinga · Itajubá · Ituiutaba · Juiz de Fora · Lavras · Manhuaçu · Montes Claros · Pará de Minas · Patos de Minas · Pirapora · Poços de Caldas · Pouso Alegre · São João Del Rei · Teófilo Otoni · Timóteo · Ubá · Uberaba · Uberlândia · Varginha

PROPOSTAS

No 9º Corep foram aprovadas 83 propostas de caráter regional e 28 de abrangência nacional. As nacionais seguirão para nova apreciação e votação no 9º CNP.

DESCRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS. POR QUE A PSICOLOGIA DEVE ESTAR A FAVOR?

Rosimeire Silva, psicóloga, mestre em promoção de saúde e prevenção da violência, coordenadora adjunta do Centro Regional e Referência Ateliê Intervalo de Redução de Danos da Faculdade de Medicina da UFMG, técnica do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário, conselheira titular do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD).

Assim, se formulou o convite à escrita. Pergunta que demarca bem o modo como se inscreve a questão droga em nossos dias: como crime. Inscrição que tenta fechar a questão e que merece ser interrogada. É preciso indagar, para introduzir o debate, em que momento e quais foram as condições de possibilidade que produziram esta viragem. Nem sempre as drogas foram percebidas como um mal em si e seu controle não seu deus, sempre, pelo direito penal.

Droga é um vocábulo polissêmico, cuja história perde-se na noite dos tempos, e que carrega, em dias atuais, o peso de um sentido restrito. E é também uma companheira de viagem de longa data da experiência humana.

Durante as navegações e trocas mercantis; nas conquistas de povos e territórios que deram origem a diferentes impérios; ou nos encontros entre bárbaros e civilizados; bem como redesenhando o mapa do mundo conhecido e a conhecer; moldando as relações sociais e produzindo civilização, as drogas foram tanto valiosas mercadorias trocadas entre diferentes povos quanto veículos, por meio dos quais costumes, conceitos e modos de inserção no mundo foram transmitidos. Mas é importante assinalar que seu registro na história humana se dá em tempos anteriores às conquistas, aos grandes impérios ou às grandes navegações.

Desde a pré-história são encontradas inscrições que registram sua presença e uso. Como exemplos podem ser citadas as placas sumérias do terceiro milênio a.C., que já registravam a presença do ópio; os cilindros babilônicos antigos, que trazem desenhos da cabeça de dormideira; e os hieróglifos egípcios, os quais se referem ao suco extraído da papoula – o ópio – e o recomendam como analgésico e calmante. A proibição de parte das substâncias psicoativas é um fato recente na história. As guerras do ópio, no

final do século XIX, demarcam o ponto de início de tal processo, que se consolidou ao longo do século XX, ainda que medidas de controle e proibição sejam registradas há mais tempo. Sob a condução da Organização das Nações Unidas (ONU) e a liderança dos Estados Unidos da América, constrói-se o “controle internacional compulsório cooperativo”, expressão que denuncia certa ambiguidade, uma vez que reúne, numa mesma formulação, termos antagônicos: “cooperativo” e “compulsório”.

A partilha moral das drogas entre lícitas e ilícitas, por sua vez, é contemporânea da consolidação do saber e prática médica e decorrente do processo de criminalização e medicalização, cabendo à medicina fundamentar a restrição jurídica.

Decisivos para a consolidação do “problema drogas”, ou para a clivagem entre modos de uso e substâncias lícitas e ilícitas, os saberes médico e jurídico, hoje, fazem par com discursos morais, religiosos, policiais e políticos e são os representantes autorizados a tratar da questão. A perigosa aliança entre tratamento e moral conforma-se numa política: a proibição. E mais: a criminalização do uso de determinadas substâncias, processo para o qual os saberes e práticas médicas contribuem, dá-se no mesmo momento da descoberta dos fármacos cientificamente produzidos. Isso significa que a criminalização de algumas substâncias é contemporânea à invasão farmacêutica e ao processo de medicalização da vida. Michel Foucault, em sua análise sobre a constituição do biopoder, afirma: “O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica”.

A clivagem entre lícito e ilícito – no campo das condutas relativas às drogas – não logrou os resultados al-

mejados pela guerra declarada (war on drugs) a elas, quais sejam: sua erradicação, redução do consumo e o alcance da utopia de um mundo livre de drogas. Contudo, governos e sociedades da maioria dos países do globo dão sequência a uma guerra permanente e irregular, tornando regra o estado de exceção no seio do Estado de Direito.

Cotidianamente repetido, o estereótipo do traficante não apenas autoriza a eliminação desse agente, como encobre a cruel realidade: os nomeados traficantes são, em sua imensa maioria, varejistas ou camelôs da droga, peças descartáveis de uma cadeia produtiva na qual a morte e o encarceramento são os riscos diários do trabalho, e para os quais a proteção vem apenas das armas. Ilusão que, além de não eliminar o risco, o torna mais grave.

Ao separar, classificar, nomear e dar rosto à ameaça constituída pelos sujeitos envolvidos com as substâncias tidas como perigosas para a vida social, os discursos sobre a droga produzem marcas e inscrições que incidem sobre os corpos e as vidas desses sujeitos, mas não só! Incidem, também, sobre o corpo da cidade, formatam políticas que os retroalimentam e dão continuidade à violência, sua causa e consequência. Ou, a verdade oculta e o dado móbil desse jogo letal.

Foucault esclarece quando afirma a respeito das leis de drogas que "o tráfico de drogas se estende sobre uma espécie de tabuleiro de xadrez, com casas controladas e casas livres, casas proibidas e casas toleradas, permitidas a alguns, proibidas a outros. Apenas os pequenos peões são colocados e mantidos nas casas perigosas. Para os grandes lucros, a via está livre".

A proclamação da war on drugs localiza-se num tempo histórico em que várias camadas de sentido já se sobrepunham às substâncias psicoativas. Nesse momento, as drogas raramente se associam a qualquer outro sentido que escape ao delito, ao crime, à doença ou ao pecado. Seu laço antropológico encontra-se encoberto pelas aparências que as transformam em um mal em si. Mas, sobretudo, a criminalização das drogas funciona como um álibi nos processos de controle das massas tidas como perigosas. E à exemplo da Inquisição, trata-se de um empreendimento que triunfa ao fracassar, no qual razões de ordem econômica, política e social são encobertas por preceitos morais.

A Lei nº 11.343/06 – legislação atual sobre drogas – molda-se aos propósitos da política internacional de controle de drogas e constitui-se como marco normativo da atual política pública sobre tais subs-

tâncias. Nossa resposta pública às drogas opta pela criminalização das condutas relativas a elas e adota o belicismo como solução. Como proposto pelas Convenções Internacionais, estamos, em plena democracia, em guerra contra as drogas e buscamos, neste momento histórico, "vencer", em especial, a uma delas: o crack.

Peças descartáveis numa cadeia produtiva cujo risco é inversamente proporcional ao ganho e decorrente de sua posição hierárquica, os acionistas do nada pagam com a moeda da vida os riscos de sua atividade laboral. A morte e a prisão, possibilidades mais altas para os que se encontram na base da hierarquia, não interrompem o funcionamento dessa cadeia produtiva e constituem danos colaterais. Na outra extremidade, no topo da hierarquia, os riscos são inversamente opostos. O "grande traficante", o empresário do negócio ilícito, encontra-se protegido do risco de morte iminente a que se expõem "endoladores", "mulas", "aviões", "olheiros", pequenos e médios traficantes, e não vive nos morros e favelas.

A proteção à saúde pública – alegada razão da proibição – é desmentida pelas estatísticas de mortalidade: uma taxa de homicídios juvenis de 57,6/100 mil habitantes. A droga responde pela emergência de nossos dias e em seu nome se trava uma guerra contra os pobres e descartáveis da era do consumo. Além disso, a ilegalidade do hábito impõe a necessidade de um consumo oculto, rápido e, muitas vezes, descuidado, que pode facilitar a transmissão de doenças, como as transmitidas através do compartilhamento do cachimbo pelos usuários de crack. Noutras palavras: a proibição, claramente, não protege os sujeitos, tampouco a saúde ou a sociedade.

O fracasso vitorioso da guerra às drogas, um paradoxo apenas aparente, pode ser interpretado como vitória do que escapa à palavra, não se deixa representar e insiste, retorna. Noutras termos: a vitória não é a conquista do objetivo declarado, mas do que se mantém fora do discurso.

E por todas estas razões, que somadas ao compromisso ético que orienta sua prática impõe-se à psicologia uma escolha: a defesa da vida ou a opção pela manutenção da guerra. Concluímos, então, recordando Freud em sua resposta ao Por que a guerra, "reagimos à guerra dessa maneira, porque toda pessoa tem o direito à sua própria vida, porque a guerra põe um término a vidas plenas de esperança, porque conduz os homens individualmente a situações humilhantes, porque os compele, contra sua vontade, a matar outros homens e porque destrói objetos materiais preciosos, produzidos pelo trabalho da humanidade".

ACONTECEU

II ENCONTRO DO SUAS REÚNE 400 PESSOAS

“Se temos muitos participantes aqui é porque temos necessidade de entender e qualificar cada vez mais a Psicologia no sistema”. Com essa fala, Deborah Akerman, conselheira do Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG), abriu o II Encontro Mineiro das(os) Psicólogas(os) no SUAS, realizado em 26 de fevereiro. O evento foi preparatório para o 9º Congresso Regional de Psicologia (9º Corep). Reuniu cerca de 400 profissionais que atuam no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de vários municípios mineiros.

Participaram como convidadas Maria Julia Andrade Vale, integrante da Comissão de Psicologia e Política de Assistência Social do CRP-MG; a subsecretária Estadual de Assistência Social da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais, Simone Albuquerque; e Rozana Maria da Fonseca, psicóloga e autora do blog Psicologia no SUAS.

Contribuição da Psicologia

Simone Albuquerque destacou que a Psicologia “libertou” as políticas de saúde e de assistência social. “Basta percorrer a história da luta antimanicomial, que permitiu o fechamento dos manicômios, configurando-se uma grande conquista”, disse. Também realçou a contribuição de psicólogas(os) na desconstrução da concepção de que a única causa da pobreza seja a falta de renda: o trabalho feitos nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) com a população em situação de vulnerabilidade, por exemplo, faz com que os usuários desenvolvam capacidades simbólicas.

Se inscreveram para o II Encontro do SUAS 399 psicólogas(os), 48 estudantes, 21 profissionais do serviço social e 22 de outras áreas.

A psicóloga Rozana Maria da Fonseca, por sua vez, fez um relato sobre o blog que criou denominado “Psicologia no SUAS” e como por meio dele tenta auxiliar as pessoas que atuam nesta política. Chamou a atenção para o discurso corrente na categoria: “temos que parar de falar que caímos de paraquedas no SUAS. Somos da Psicologia e sabemos que palavras não são só palavras. Temos muito a contribuir enquanto profissão”.

Ao encerrar, Rozana Fonseca convidou os participantes para refletir dizendo que “esse encontro da teoria com a prática tem que ser revisto não somente na Psicologia e na Assistência Social, mas nas universidades”.

A psicóloga e blogueira Rozana Maria da Fonseca encerrou II Encontro convocando a categoria para repensar seu papel no SUAS. “A Psicologia crítica tem contribuído para que os sujeitos cidadãos sejam compreendidos pela sua relação e percepção das privações materiais e afetivas. Por outro lado, há um risco da nossa profissão estar legitimando ações higienistas, puramente ideológicas por parte do Estado. Por isso é fundamental refletir a presença e os desdobramentos da Psicologia nos serviços do SUAS”, encerrou.



Na segunda fase do evento aconteceram dez oficinas simultâneas sobre temas como: questão de gênero, proteção socioassistencial no meio rural, trabalho social com famílias e violação de direitos. Os resultados das discussões foram apresentados por meio de poemas e apresentações teatrais.

ELEIÇÕES DO CONSELHO EM 2016

No dia 27 de agosto, Dia do Psicólogo, o Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais, como em todo o Sistema Conselhos, terá eleições para escolha do Plenário para o triênio 2016-2019. Com o objetivo de esclarecer como ocorre o processo eleitoral, a Comissão Regional Eleitoral CRP-04/2016 elaborou o esquema de informações abaixo.

■ TIPOS DE VOTO

Pela internet ou por correspondência. Nas cidades onde o CRP-MG instalar postos de votação web, o psicólogo escolhe votar de seu computador pessoal ou no posto próprio. Já aqueles que tiverem seu domicílio cadastrado em locais que não tem posto de votação web, a votação será somente por correspondência.

■ QUEM VOTA

Todo profissional da Psicologia que esteja em dia com a anuidade do CRP-MG e com seus dados cadastrais atualizados. Caso precise negociar algum débito, o psicólogo tem até o dia da votação para procurar o Conselho. O voto é obrigatório, pessoal e intransferível, estando sujeito a multa para quem se abster.

■ COMO ATUALIZAR O CADASTRO

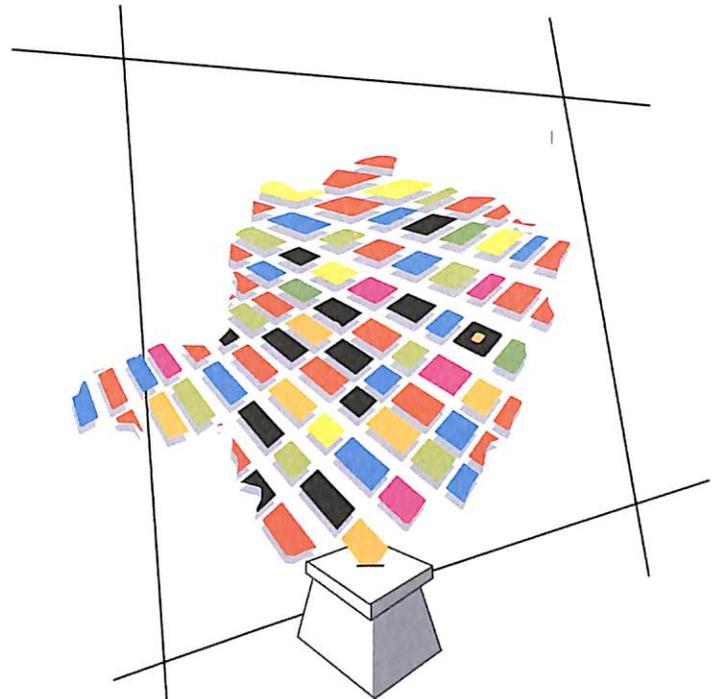
No endereço: cadastro.cfp.org.br

■ PORQUE ATUALIZAR O CADASTRO

Somente é possível votar com o cadastro atualizado. Quem vota por correspondência recebe a carta no endereço correto e quem participa online recebe por e-mail o código para emissão de senha para votar.

■ QUANDO VOTAR

Via web, das 8h de 24/8/16 às 17h de 27/8/16. Nos postos de votação, dia 27/8/16, das 8h às 17h. Por correspondência, as orientações serão descritas na carta.



■ SOBRE AS CARTAS-VOTO

O CRP-MG enviará a carta-voto lacrada e nominal a todo psicólogo que reside a mais de 50 Km de distância de um posto de votação físico.

■ JUSTIFICATIVA

Os psicólogos que por algum motivo não tiverem votado terão o prazo de 60 dias a partir de 27/8/2016 para justificar.

■ SOBRE O RESULTADO

No prazo máximo de 15 dias após a realização das eleições, o CRP-MG comunicará o resultado ao Conselho Federal de Psicologia para homologação e proclamação.



CONHECER *quem faz* A PSICOLOGIA

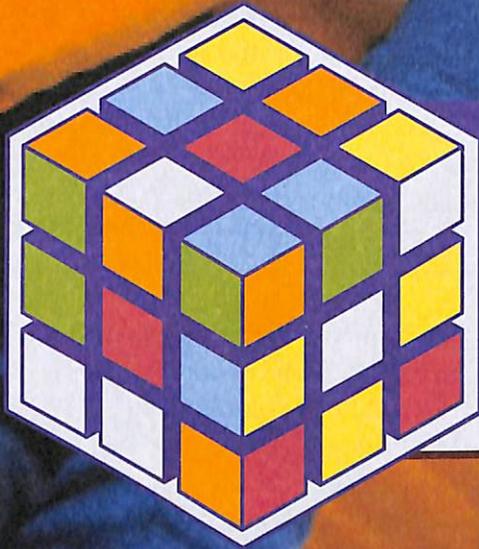
**ATUALIZE SEUS DADOS
CADASTRALS E AJUDE A CONSTRUIR
UM SISTEMA CONSELHOS QUE
QUER TER A SUA CARA!**

CADASTRO.CFP.ORG.BR



Conselho
Federal de
Psicologia

Conselhos
Regionais de
Psicologia



Fortalecer a profissão

Chapa 12

Apresentação

O **FORTALECER A PROFISSÃO** – Chapa 12 – é formado por psicólogas e psicólogos de todas as regiões do Estado de Minas Gerais com atuação nos diversos campos e áreas de atuação das Psicologias.

O que nos agrega é a defesa dos valores ético-políticos da profissão, o compromisso com a transparência da gestão, o fortalecimento da regionalização, a promoção da Psicologia como ciência e profissão e a valorização do trabalho da psicóloga e do psicólogo, reconhecendo que as condições e relações de trabalho são determinantes para o exercício ético e digno da profissão.

PSICOLOGIA E SOCIEDADE

Fortalecer o compromisso ético-político da profissão com a defesa intransigente dos Direitos Humanos na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano.

Assumir publicamente posição ético-político diante de violações dos direitos humanos, promovendo o debate com a sociedade sobre os aspectos nocivos à constituição subjetiva dos sujeitos, vítimas de direitos violados.

Defender as instituições democráticas brasileiras apoiando a consolidação do Estado de Direitos.

PSICOLOGIA E O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Fomentar a revisão do marco normativo da fiscalização e da orientação profissional, visando adequá-lo ao exercício da profissão enquanto trabalho, reconhecendo, assim, que as condições e relações de trabalho não são promovidas apenas pelo profissional e são determinantes para o exercício ético da profissão.

Criar, manter e fortalecer as Comissões e Grupos de trabalho temáticos por políticas públicas setoriais, campos de atuação, segmentos sociais e formação profissional, considerando-os como dispositivos de formulação, orientação para o exercício profissional, fundamentação para a adequação dos marcos normativos e posicionamentos políticos do Conselho.

Criar uma rede de profissionais que atuam no controle social, fóruns de trabalhadores, fóruns setoriais e similares para compartilhar experiências e conhecimentos, e se constituírem como força política na construção da agenda das políticas públicas.

Discutir a atuação da psicóloga e do psicólogo

na Rede de Atenção Psicossocial do SUS, incluindo o Serviço de Atenção em Regime Residencial.

Promover a disseminação do OrientaPsi como plataforma de compartilhamento de experiências e conhecimento dos profissionais.

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO CRP

Democratizar o acesso aos recursos financeiros do CRP por meio de editais e critérios objetivos para a seleção de projetos que serão apoiados.

Implantar política de anuidades que preveja condições melhores para inscrição, registro e pagamento de anuidades pelas recém-formadas recém-formados.

Criar, em conformidade com a legislação vigente e com as necessidades para o desenvolvimento da profissão no Estado, outros escritórios, visando à aproximação das ações do CRP com os profissionais.

Articular as entidades da Psicologia como parceiras e colaboradoras nos temas afins trabalhados no âmbito do CRP.

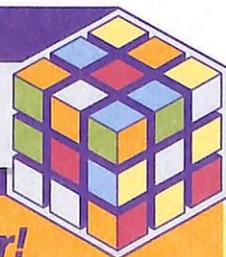
MEMBROS:

- Rosângela Silveira (Montes Claros)
- Carla Ribeiro (Belo Horizonte)
- Enrico Braga (Belo Horizonte)
- Danielle Capistrano (Belo Horizonte)
- Walkyria Sales (Belo Horizonte)
- Eliana Torga (Belo Horizonte)
- Alessandro Pereira dos Santos (Belo Horizonte)
- Helcia Veriato Teixeira (Divinópolis)
- César Rota Júnior (Montes Claros)
- Carlos Luiz Souza (Belo Horizonte)
- Amaury Costa da Silva (Belo Horizonte)
- Fausto Rocha Fernandes (Uberlândia)
- Leila Maria da Silva (Juiz de Fora)
- Fernando Silveira (Pouso Alegre)
- José Carlos Meireles de Souza (Governador Valadares)

- Elisângela Franco (Poços de Caldas)
- Eduardo Luiz da Silva (Taiobeiras)
- Sergio Rossi Ribeiro (Mariana)
- Kennya Rodrigues Azevedo (Barbacena/São João Del)
- Lafaiete Guimarães Moreira (Belo Horizonte)
- Matheus Felipe Souza César (Três Corações)
- Rodrigo Otávio Fonseca (Pouso Alegre)
- Josiane Soares (Belo Horizonte)
- Luciana Canela Paixão (Serro)
- Denise Salim Paes (Belo Horizonte)
- Edson Alves da Cunha (Ipatinga)
- Daniel Márcio Pinheiro de Lima (Contagem)
- Clarissa Lino da Silva (Pirapora)
- Adilcélia de Campos Silva (Belo Horizonte)
- Francianny Bezerra Costa (Itaobim)

Eleições Sistema Conselhos de Psicologia
Fortalecer a Profissão . Chapa 12
Dias 24 a 27 de agosto de 2016

Fortalecer
a profissão



Para o Conselho Federal, vote também Fortalecer!

Chapa 11

PRA CUIDAR DA PROFISSÃO

QUEM SOMOS?

Somos um grupo político orientado pela ética do compromisso social e pela diversidade, composto por profissionais de várias áreas. Buscamos promover o respeito às singularidades humanas e a valorização da Psicologia. Lutamos pela ampliação da presença da(o) psicóloga(o) nas políticas públicas e a qualificação da sua atuação profissional. Trabalhamos junto com as instâncias sindicais na luta pela melhoria das condições de trabalho da categoria e apoiamos a pluralidade das orientações teóricas da Psicologia e a diversidade de campos de atuação.

A CHAPA SE CONSTITUIU POR

Representatividade:
ampla participação de mulheres refletindo a proporção de gênero na profissão.

Diversidade de Pensamento:
pela presença de diversas orientações teóricas e campos de atuação da Psicologia.

Descentralização:
representatividade igualitária de conselheiras(os) por subsele do CRP/MG, sendo 2/3 do interior.

Coerência:
trajetória profissional reconhecida, marcada pelo engajamento com os princípios do Cuidar da Profissão.

PRINCÍPIOS E PROPOSTAS



ÉTICA E DIREITOS HUMANOS

- Defender e consolidar políticas públicas alinhadas aos DH.
- Lutar pela lógica antimanicomial.
- Conciliar e mediar como alternativas aos processos éticos profissionais.
- Buscar a formação em Psicologia na perspectiva do compromisso social e com os DH.
- Defender os direitos dos usuários dos serviços de psicologia contribuindo para sua emancipação, autonomia e inclusão.



DEMOCRACIA

- Gestão participativa do CRP/MG por meio do portal de transparência.
- Implementar decisões resultantes dos Congressos Regionais e Nacional da Psicologia (COREPs e CNP).
- Favorecer participação da Psicologia no controle social, fortalecendo: democracia, compromisso social, laicidade do Estado e democratização da comunicação.



DIVERSIDADE

- Defender a variedade epistemológica da psicologia científica.
- Investigar práticas complementares, auxiliares e integrativas em saúde e suas fronteiras/relações com a psicologia.
- Defender a liberdade de crença e laicidade do Estado, da Ciência e da Profissão.
- Intervir, de acordo com a OMS, contra práticas repressoras, proibicionistas e violadoras dos DH da política de álcool e outras drogas.



CONSTRUÇÃO COLETIVA

- Lutar pela reativação do CREPOP nacional e ampliar ações do CREPOP Minas.
- Interiorizar o CRP/MG avaliando técnica e financeiramente a abertura de novas subsele.
- Integrar com as entidades da psicologia (FENPB)
- Fomentar Fórum de Trabalhadoras(es) nos 3 níveis das políticas públicas.
- Cooperar com os programas QualificaSUAS e CapacitaSUAS.



VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO

- Lutar, junto com o sindicato, pela jornada de 30hs e piso salarial.
- Trabalhar por concurso público como critério de efetivação de Psicólogas(os) nas políticas públicas, oferecendo referências técnicas e acompanhando editais.
- Valorizar a clínica como meio de transformação social.
- Defender o trabalho das(os) psicólogas(os) na judicialização do SUS e SUAS.
- Disseminar visão crítica sobre a patologização da vida para combatê-la.

COMPOSIÇÃO DA CHAPA

Cida Cruvinel – Psicologia clínica e saúde mental no trabalho; Psicóloga do Sindicato dos Metalúrgicos de Araxá.

Cláudia Natividade – Psicologia social e clínica. Professora da Faculdade Ciências Médicas e FEAD;

Dalcira Ferrão – Psicologia social e clínica; Coordenadora de Gênero e Diversidade da SEE/MG; militante de Direitos Humanos, gênero e LGBT.

Délcio Fernando – Psicologia clínica; Avaliação psicológica; Ética profissional.

Eliane Pimenta – Professora e Coordenadora do Curso de Psicologia da Faculdade ALIS de Bom Despacho; Psicóloga do CAPS AD e Ativadora da Rede de Saúde Mental de Contagem; Saúde Mental.

Eriane Pimenta – Psicóloga do Departamento de Saúde da Criança e do Adolescente de Juiz de Fora; Saúde Pública e Conselhos de Direitos.

Érica Rocha – Psicóloga RH e do Centro Integrado da Mulher – CIM de Pouso Alegre; Políticas públicas de assistência social; SUAS.

Ernane Maciel – Supervisor Técnico dos Serviços de Proteção Social Especial da Alta Complexidade de Montes Claros; Políticas públicas de assistência social; SUAS.

Felipe Tameirão – Professor da Faculdade ALIS de Bom Despacho; Coordenador de Saúde Mental de Bom Despacho.

Filippe de Mello – Coordenação de Saúde Mental de São João del-Rei; Professor do Centro Regional de Referência em álcool e outras drogas (CRR/UFSJ); Colaborador do Espaço Terapêutico AntoninArtaud (RJ).

Flávia Gotelip – Professora da Faculdade de Ciências Médicas e Faculdade Pitágoras; Coordenadora do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (SEDPAC/MG); Políticas públicas; Direitos Humanos e gênero.

Leila Silveira – Professora e Coordenadora do Curso de Psicologia da FUNORTE de Montes de Claros; Psicologia organizacional.

Leticia Gonçalves – UERJ / FIOCRUZ; Psicologia social; Saúde Pública.

Madalena Tolentino – Psicóloga judicial do PAI-PJ/ TJMG.

Marcelo Arinos – Professor e coordenador de projetos da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais e Professor da FEAD; Saúde Mental e Saúde Coletiva.

Márcia Mansur – Psicologia social; Professora da PUC Minas; Políticas públicas de assistência social; SUAS e Direitos Humanos.

Mariana Tavares – Psicóloga clínica.

Marília Fraga – Psicologia clínica em Unidade Básica de Saúde de Divinópolis; Saúde pública.

Odila Braga – Saúde mental.

Reinaldo Júnior – Instituto Humanista de Divinópolis – LAR; Professor da Faculdade Pitágoras de Divinópolis; Psicologia e religião; Políticas públicas; Psicologia comunitária e Educação.

Paula Khoury – Psicóloga clínica; Professora da UNIPAC de Teófilo Otoni.

Rita Almeida – UFJF; CAPS Leste de Juiz de Fora e Diretoria Técnica COOPSAM; Professora da Estácio de Sá de Juiz de Fora; Saúde Mental.

Robson de Souza – Psicólogo do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF de Nova Porteirinha; Referência Técnica em Tabagismo e no Programa Aliança pela vida; Psicologia clínica e Saúde Mental.

Roseli de Melo – CAPS AD de Poços de Caldas; Saúde Mental.

Solange Coelho – Professora da UNIVALE e Coordenadora Municipal de Saúde Mental de Governador Valadares.

Stela Maris Bretas – Professora do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais – Unileste; Psicologia Escolar e Educacional (Educação Inclusiva, Dificuldades de Aprendizagem, Desenvolvimento infantil e de adolescentes); Psicologia clínica.

Vilene Eulálio – Psicóloga da SEDS/MG e Professora do Centro Universitário UNA-BH.

Túlio Picinini – Professor do Centro Universitário UNA-BH e da UNIFEMM Sete Lagoas; Direitos Humanos; Políticas públicas; Psicologia jurídica e Ética profissional.

Waldormiro Salles – Coordenador de Saúde Mental do CAPS I de Extrema.

Yghor Gomes – Membro da diretoria de comunicação da Associação Brasileira de Psicologia do Esporte – ABRAPESP; Psicólogo do Esporte, vinculado com projetos sociais.

APOIADORES

Adelice Jaqueline Bicalho
Ademir José Venil da Silva
Adriana Dias Gornide Araújo
Adriana Maria Zocrato
Adriano Gosuen
Alessandra Manuela Ferreira Silva
Alexandre Pereira de Carvalho
Alexsandra Nieubert
Aline Mana de Pinho Camargo
Aline Ottoni
Aline Mendes
Ana Angélica Silva
Ana Barone
Ana Carolina Loyola Afonso dos Santos
Ana Carolina Zeffenno
Ana Claudia Mendes Barbaresco
Ana Cristina Avila
Ana Cristina Couto Amonim
Ana Cristina Verona Pimentel
Ana Flávia Onofri
Ana Mana Valadão
Ana Marta Lobosque
Ana Paula Chain
Ana Paula Maia
Ana Paula Manso
Ana Regina Machado
Ana Rita Trajano
Anderson Cunha
André Amonim Martins
André Diniz
Anderson Rodrigues de Oliveira
Andrea Chaves Nalesso
Andrea Moreira Lima
Andréia Barbosa de Fana
Andréia Stenner
Angela Barreto
Andrezza Almeida
Angela Freitas Rossi
Angela Mana Amâncio de Ávila
Anizaura Lidia
Anna Christina da Cunha Martins Pinheiro
Antônio Eustáquio Funari
Antônio Lancelotti
Ariane Martins dos Santos
Ataualpa Maciel Sampaio
Bárbara Ferreira
Betânia Diniz Gonçalves
Beatriz Braga
Bianca Cabobinago
Breno Augusto da Costa
Bruna Afonso Gibim
Camila Bahia Leite
Carlos Passos
Carlos José da Silva Santa Clara
Carlos Santos
Carmen Célia Gomes
Carmelita Fernandes de Oliveira
Carolina Bachion
Celso Renato Silva
César Khoury
Charles Magalhães Araújo
Cirlana Rodrigues de Souza
Cirlene Ornelas
Cláudia Andrea Mayorga
Claudia Guimarães de Souza Lima
Cláudia Neto
Claudia Penido
Claudia Regina de Oliveira
Cláudia Rodrigues (T.O.)
Cláudia Rodrigues (R.N.)
Cláudia A. Carvalho Esposito
Cleide Reis
Cleide Rodrigues
Cléo Oliveira
Cláudia Coutinho
Conceição Aparecida Pereira Rezende
Conceição Leite de Sena Germano
Cristiana de Amonim Mazzini
Cristiana Manna Barros de Souza
Cristiane Barreto
Cristiane Esteves Lima
Cristiane Santos Andrade
Cristiane Souza Santos Nogueira
Cristiano Lima
Cristina Abrantes
Daisy Xavier
Daniele Curi
Dannielle Starling
Débora Danielle Oliveira Silva
Déborah Akerman
Déborah Barbosa
Deilma Corrêa
Diego Medeiros Leite
Ederson Alves da Silva
Eduardo Lucas Andrade
Eduardo Ornelas
Eduardo Cruz
Eduwiges Oliveira
Elaine Maria do Carmo Zanola D. de Souza
Elandia Elides P. Santiago
Eliana Mana Delfino
Elizabeth de Lacerda Barbosa
Elizabeth Magalhães Fernandes
Elza Lima
Elza Mana Carleto
Emerson Rasera
Enildo Calixto Louback
Erica Cruvinel
Erciane Rocha Ribeiro
Fabiana Campos
Fabrício Ribeiro
Fátima Boschi
Feliciano A. do Vale Saldanha
Felipe Cordero
Fernanda Nocan
Fernanda Otoni
Flávia Duque Brasil
Flávia Leticia Bnto
Flávia Nasciutti
Florianita Braga Campos
Franciele Gonzaga
Francisco Viana
Gabriela de Sá Oliveira
Gabrielle Ferreira Silva
Gerconita Luzia Mendes
Graciene Novais
Glaucia Galante Buissa
Gustavo de Val Barreto
Hanna Ribeiro
Helena Abreu Paiva
Henriete Mourão
Hercilona Aparecida Lima Marcelino
Humberto Verona
Iara Cristina de Oliveira Nojim
Iara Félix Viana
Imaculada Rodrigues de Aguiar
Ione Botelho dos Santos
Irene Ferreira do Amaral
Isabel Corrêa Pacheco
Isabela Leão de Almeida
Isabela Peres Macedo
Isabela Sarava de Queiroz
Israel Prado
Ivanete Sara Andrade Coelho
Jacqueline Camilo
Jacques Akerman
Jasmily Araújo

Jonathan Silva
Joaquim Aberto Jorge
João Henrique Borges Bento
Jocélio Moreira Rodrigues
Jones Cerqueira Filho
Jorge Antônio Nunes Bichuett
José Cauri Neto
José Luiz Quadros de Magalhães
Julia Dongio
Julia Mana Muniz Restton
Juliana Antunes Crsoto Barbosa
Juliana Leal Brandoll
Juliano Fonseca Oliveira
Juliene Chacira Miguez
Julene Chacira
Junia Cecilia Nunes Machado
Júnia Lara
Kareylla Medeiros
Kanne Coelho
Kanne Lorneu
Laila Cruz
Laura Lilian Ferreira
Lecy Rodrigues Moreira
Leonardo Augusto Finelli
Leticia Bnto
Lia da Silva Mocho
Lida Monteiro
Lu Machado
Lucas Bob
Lucas Cheib
Luciana Assunção
Luciane Dias
Luco Costa
Luiz Carlos Rena
Maircon Rasley Gonçalves Araújo
Marcela Chagas Pinheiro
Márcia Ribeiro
Márcio Nobre
Marcon Moura Fernandes
Marcos Alexandre Moreira
Marcus Macedo
Marema Patrício
Mariana Bethânia Oliveira
Marta da Conceição Novais Caldas
Marta de Fátima Oliveira
Marta Cristina Martins Andrade (Tininha)
Marta Doninha Miranda
Marta Helena Moreira
Marta Heloisa Furbato Boareto
Marta Tereza Granha Nogueira
Marta Tereza Perez
Marta Vitória Leolino Mares Pinheiro
Manila de Oliveira
Mansur Rodrigues Santana
Mansa Sanabria
Manza Khoury
Margaret Pires Couto
Marleide Marques
Marta Elizabeth de Souza
Marta M. Rodrigues Cerqueira
Michele Castro Caldera
Michelle Miranda
Milena Lage Muniz
Milton Bicalho
Minam Abou-ryd
Minam Mano Gonçalves Chaves
Mosalisa Villefort
Mônica Brant Moreira Martins
Nágila Viviany Gomes Freitas
Olga Rios
Onair Zorral
Oscar Gimio
Patrícia Guedes
Patrícia Leite
Patrícia Maniac
Patrícia Parreira
Patrícia Rachid Nacif de Ávila
Paula de Paula
Paulo Ceccareli
Paulo dos Prazeres
Pncila Messiane Santos
Pncila Oliveira
Raquel Bessa Martins Andrade
Raquel Ferreira
Regina Elizabeth Polo Vilela de Andrade
Regina Helena Cunha Mendes
Reginaldo Costa Sakamoto
Renata Flecha
Renata Leandro De Figueiredo e Silva Felizardo
Renato Ávila
Renato Barros
Ricardo Figueiredo Moretzsohn
Ricardo Ribeiro
Rita Mendes
Roberto Chateaubnand Domingues
Roberto Gomes Marques
Roberto Marques
Robson Campos
Rodrigo Chaves Nogueira
Rogério Joanes
Roges Carvalho
Rosana Cristina de Sales Machado
Rosana Hoffman Câmara
Rosane Pires Viana
Rosemary Santos Rocha
Rosimeire Silva
Rudá Ricci
Sâmara Nick
Samira Neheme
Sandra Abadia Gomes de Andrade
Sandra Cristina Pimenta
Sandra Ignácio de Lima
Sara Almeida Botelho
Sebastião Fortunato
Sérgio Henrique Marçal
Silvana Camelo
Simone Aparecida Noronha
Simone Francisca de Oliveira
Soraia Marcos Angelo
Sueli Aparecida Ribeiro
Tanner Reis Silva
Tatiana Santiago
Tayane Lino
Teresa Cristina Viegas Tameirão
Tereza Cristina Monteiro Cota
Thais Alves
Thamires Ferreira Silva
Thiago Horta
Thiago Coacci
Thiago Costa
Tommy Akira Goto
Uiana Marcossi
Valdene Amancio
Vanessa Helibuth Duarte
Vânia Lamas
Vera Lucia Dias
Vera Prazeres
Vicente de Paulo Marques de Almeida
Walter William Pereira Barreto
Wana Carla Batalha
Wilson Camilo Chaves
William César Castilho Pereira